

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO (ETPs)

Número do Processo - SISLOG
115428
Número do Processo - SEI
202500005021900

Em conformidade com a Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e com o Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023, o Estudo Técnico Preliminar Simplificado - ETPs é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

O presente Estudo Técnico Preliminar Simplificado – ETPs foi elaborado na forma simplificada prevista no art. 14 do Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023, tendo em vista que se trata de contratação do **Certificado digital de pessoa jurídica e-CNPJ, modelo A1, no padrão ICP-Brasil e prazo de validade de 01 (um) ano.**

Tópico 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar Simplificado apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos.
- 1.2. Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Previsão no Plano de Contratações Anual:

- 1.3. A demanda a ser contratada está prevista no PCA desta Controladoria.
- 1.4. A presente contratação justifica-se pela necessidade de emissão do certificado digital, instrumento essencial para viabilizar o envio seguro de arquivos da Controladoria-Geral do Estado, assegurando a continuidade do cumprimento das obrigações acessórias dentro dos prazos legais. Além disso, o uso do certificado digital contribui para aumentar a segurança dos processos eletrônicos e mitigar riscos de sanções, como a aplicação de multas por órgãos fiscalizadores, tais como a Receita Federal do Brasil, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência Social, entre outros.
- 1.5. A ausência do objeto desta contratação poderá ocasionar os seguintes prejuízos no envio das informações junto aos órgãos de controle e fiscalizadores, tais como Receita Federal do Brasil, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, dentre outros, evitar aplicação de multas e outras situações.

Tópico 2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Definição da solução escolhida

- 2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar simplificado:
- Fornecimento de Bens e Materiais e Serviços - Certificado digital de pessoa jurídica e-CNPJ, modelo A1, no padrão ICP-Brasil e prazo de validade de 01 (um) ano.

Característica do objeto:

- 2.2. O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6,º da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 2.3. A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:
- 2.3.1. é encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;
- 2.3.2. é ordinário, sem peculiaridades ou características especiais;
- 2.3.3. é apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e
- 2.3.4. sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

Regime de fornecimento:

- 2.4. Tendo em vista a necessidade de fornecimento dos bens ou serviços contratados, a entrega será prestada de forma em parcela

única.

Definição da natureza de execução do objeto:

2.5. A execução do objeto contratado pode ser considerado de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimentos contínuos aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

2.6. A presente contratação é considerada de natureza não continuada, visto que o fornecimento será imediato.

Justificativa da escolha da solução:

2.7. A análise das opções disponíveis no mercado, conforme detalhado neste ETP, demonstra que a solução escolhida é a que melhor atende ao interesse público. Destaca-se, especialmente, que a pesquisa de mercado evidenciou a existência de apenas uma solução capaz de suprir a demanda apresentada. Nesse sentido, a aquisição do certificado digital mostra-se a única alternativa viável para atender adequadamente à necessidade identificada.

Tópico 3 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA

Identificação dos itens, quantidades e unidades:

3.1. A estimativa da quantidade a ser contratada é justificada nos termos deste ETPs, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. A descrição com o respectivo quantitativo a ser contratado está apresentado abaixo:

#	Cod	Descrição	Qtde
001	778	certificado digital, pessoa jurídica, tipo a1.	1

Justificativa de quantitativo:

3.2. Este quantitativo foi estimado levando em consideração o seguinte histórico de consumo e/ou método estimativo:

A expectativa para o presente processo de contratação é o fornecimento de Certificado Digital do tipo A1, para Pessoa Jurídica, com validade de um ano, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, visando atender às necessidades operacionais da Controladoria-Geral do Estado.

Histórico de Consumo:

3.3. A seguir é apresentado o histórico de consumo do objeto a ser contratado, conforme valores liquidados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

Não houve liquidação nos últimos 24 meses.

Histórico Contratual:

3.4. A seguir é apresentado o histórico do(s) último(s) contratos firmados e atualmente vigentes, referente(s) ao mesmo objeto:

Não foram firmados contratos recentemente com o mesmo objeto.

Unidades administrativas a serem atendidas:

3.5. Considerando as necessidades do órgão, foram identificadas as seguintes unidades administrativas a serem atendidas, com as seguintes quantidades:

Gerência de Contabilidade, da Controladoria Geral do Estado.

Tópico 4 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

Descrição do item 001	
Código 778 - Certificado Digital, pessoa jurídica, tipo A1.	
Período (Meses)	12

Quantidade	1
Unidade	unidade
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	sede controladoria geral do estado
Diferença Mínima	R\$ 0,01
Valor Unitário	R\$ 200,40
Valor Total	R\$ 200,40

4.2. O preço total estimado da contratação é [valorTotalEstimado], conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com o Decreto estadual nº 9.900, de 07 de julho de 2021.

4.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto estadual nº 9.900, de 07 de julho de 2021, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo.

Tópico 5 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Para a contratação pretendida foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

5.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto Item.

AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar Simplificado evidencia que a contratação da solução: Fornecimento de Bens e Materiais e Serviços - Certificado digital de pessoa jurídica e-CNPJ, modelo A1, no padrão ICP-Brasil e prazo de validade de 01 (um) ano. ora apresentada mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento às demandas apresentadas. Além do mais, os custos previstos são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e no Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP:

Responsável	Função	Telefone	Email
REGIANY MARTINS	Integrante Administrativo	62 32015379	regianymartins29@mai.com
KESSIA FONSECA CAVALCANTE	Integrante Requisitante	62 32015364	kessia.fonseca@goias.gov.br
ERIKA MORENO CAMARGO	Integrante Administrativo	62 32018752	erika.camargo@goias.gov.br
KESSIA FONSECA CAVALCANTE	Integrante Administrativo	62 32015364	kessia.fonseca@goias.gov.br